



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**WELSON FERNANDES DE FREITAS**

**A ÁGUA SÓ CORRE PARA O MAR:  
UM ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO MUNICÍPIO DE  
SUMÉ - PB NO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO  
RIO PARAÍBA**

**SUMÉ - PB  
2023**

**WELSON FERNANDES DE FREITAS**

**A ÁGUA SÓ CORRE PARA O MAR:  
UM ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO MUNICÍPIO DE  
SUMÉ - PB NO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO  
RIO PARAÍBA**

**Monografia apresentada ao Curso de  
Licenciatura Interdisciplinar em  
Educação do Campo do Centro de  
Desenvolvimento Sustentável do  
Semiárido da Universidade Federal de  
Campina Grande, como requisito parcial  
para obtenção do título de Licenciado em  
Educação do Campo.**

**Orientador: Professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto.**

**SUMÉ - PB  
2023**



F866a Freitas, Welson Fernandes de.

A água só corre para o mar: um estudo sobre a participação popular no município de Sumé - PB no Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba. / Welson Fernandes de Freitas. - 2023.

49 f.

Orientador: Professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo.

1. Povos ribeirinhos - Sumé - PB. 2. Rio Paraíba. 3. Participação popular - comitê de bacia hidrográfica. 4. Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba. I. Cavalcante Neto, Faustino Teatino. II Título.

CDU: 32(043.1)

**Elaboração da Ficha Catalográfica:**

Johnny Rodrigues Barbosa  
Bibliotecário-Documentalista  
CRB-15/626

**WELSON FERNANDES DE FREITAS**

**A ÁGUA SÓ CORRE PARA O MAR:  
UM ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO MUNICÍPIO DE  
SUMÉ – PB NO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO  
RIO PARAÍBA**

**Monografia apresentada ao Curso de  
Licenciatura Interdisciplinar em  
Educação do Campo do Centro de  
Desenvolvimento Sustentável do  
Semiárido da Universidade Federal de  
Campina Grande, como requisito parcial  
para obtenção do título de Licenciado em  
Educação do Campo.**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto.  
Orientador – UAEDUC/CDSA/UFCG**

---

**Professor Me. Mauricélio Januário da Silva.  
Examinador Externo – SEDUC – Camalaú - PB**

---

**Professor Me. Filipe Gervásio Pinto da Silva.  
Examinador Interno – UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Trabalho Aprovado em: 17 de fevereiro de 2023.**

**SUMÉ - PB**

*Dedico este trabalho primeiramente a Deus e a minha família. E dedico esse estudo a todos aqueles que, assim como eu, mantêm viva a esperança de que através da educação contribuimos para a construção de um futuro melhor.*

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar minha gratidão à Deus, por permitir que eu chegasse até aqui. A meus familiares que, de uma forma ou de outra, contribuíram comigo no decorrer da caminhada. Agradeço aos meus pais, Edivan Merdeiros de Freias e Jacileide Fernandes da Mota, pelo incentivo para continuar estudando, mesmo com todas as dificuldades encontradas na vida. Agradeço a minha irmã Thais Fernandes, junto do meu cunhado Gabriel Terto, que sempre deram apoio e um lugar para morar nessa caminhada.

Agradeço a todos os professores do curso, pela atenção, compreensão e paciência, para que, por meio dos seus ensinamentos, contribuíssem sempre para eu chegar até aqui. Ao professor orientador, Prof. Faustino Teatino Cavalcante Neto, que pacientemente me indicou a direção correta para estar aqui, obrigado por acreditar que daria certo e me aceitar nesse momento final do curso.

Agradeço aos colegas de curso pelo apoio, aprendizado, pelas aulas, trabalhos e incentivos no decorrer do curso. Ao meu amigo João Aparecido por estarmos junto nessa caminhada.

Por fim, agradeço a todos que participaram direta ou indiretamente do meu processo de aprendizagem no decorrer do curso e para construção desse projeto.

## RESUMO

Este trabalho buscou compreender como se dá a participação popular na gestão das águas do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba – CBH-PB. Especificamente, buscamos entender como se deu a formação do CBH-PB; estudamos como, ao longo da existência do CBH-PB (2007-2022), o município de Sumé se fez representado nele e também investigamos se este território foi pautado em suas reuniões ordinárias e extraordinárias; e analisamos o grau de conhecimento da população ribeirinha do município de Sumé-PB sobre CBH-PB. Como referencial teórico, tomamos como base o materialismo histórico-dialético pensado por Karl Marx e Friedrich Engels, fundamentado no que eles chamavam de concepção materialista da história. De acordo com esta concepção, as mudanças sociais que se passam no decorrer da história de uma sociedade não são determinadas por ideias ou valores e sim são influenciadas pela realidade material, isto é, a situação econômica dos atores da sociedade em questão. Para investigarmos o tema abordado utilizamos como fontes o regimento interno, as atas, as deliberações e os editais do CBH-PB, além de matérias jornalísticas e entrevistas com depoentes do segmento usuários de águas (camponeses). A partir das leituras das nossas fontes, a princípio, temos a compreensão de que a participação popular no CBH (composto por 60 membros) se dar de forma secundária, ou seja, ela existe apenas para constar, não sendo majoritária ou mesmo equânime as demais participações. Assim, constatamos que a força majoritária na gestão das águas do Rio Paraíba é a do capital representado pelos setores latifundiário e industrial.

**Palavras-chave:** Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba; Povos ribeirinhos; Deliberações.

## ABSTRACT

This work sought to understand how popular participation in the water management of the Paraíba River Basin Committee – CBH-PB takes place. Specifically, we seek to understand how the CBH-PB was formed; we studied how, throughout the existence of the CBH-PB (2007-2022), the municipality of Sumé was represented in it and we also investigated whether this territory was guided in its ordinary and extraordinary meetings; and we analyzed the degree of knowledge of the riverside population of the municipality of Sumé-PB about CBH-PB. As a theoretical framework, we take as a basis the historical-dialectical materialism thought by Karl Marx and Friedrich Engels, based on what they called the materialist conception of history. According to this conception, the social changes that take place over the course of a society's history are not determined by ideas or values, but are influenced by material reality, that is, the economic situation of the actors in the society in question. To investigate the topic addressed, we used as sources the internal regulations, the minutes, the deliberations and the public notices of the CBH-PB, in addition to journalistic articles and interviews with deponents of the water user segment (peasants). From the readings of our sources, at first, we have the understanding that popular participation in the CBH (composed of 60 members) takes place in a secondary way, that is, it exists only for the record, not being a majority or even equal to the other holdings. Thus, we found that the majority force in the management of the waters of the Paraíba River is the capital represented by the landowner and industrial sectors.

**Keywords:** Paraíba River Basin Committee; Riverside peoples; Deliberations.



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 -</b>	Municípios integrantes das Regiões do Alto, Médio e Baixo Curso do Rio Paraíba.....	<b>16</b>
<b>Quadro 2 -</b>	Identificação dos representantes do CBH-PB.....	<b>21</b>
<b>Quadro 3 -</b>	Relação dos representantes dos usuários de água no CBH-PB - Gestão 2022-2026.....	<b>22</b>
<b>Quadro 4 -</b>	Relação dos representantes da sociedade civil organizada no CBH-PB - Gestão 2022-2026.....	<b>23</b>
<b>Quadro 5 -</b>	Relação dos representantes do poder público no CBH-PB - Gestão 2022-2026.....	<b>26</b>
<b>Quadro 6 -</b>	Diretoria do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba - Gestão 2022-2026.....	<b>28</b>
<b>Quadro 7 -</b>	Representações do município de Sumé-PB.....	<b>30</b>
<b>Quadro 8 -</b>	Deliberações de 2008 a 2022.....	<b>35</b>
<b>Quadro 9 -</b>	Entrevistas com camponeses da comunidade de Porteiras.....	<b>36</b>
<b>Quadro 10 -</b>	Entrevistas com camponeses da comunidade de Riacho das Porteiras.....	<b>37</b>
<b>Quadro 11 -</b>	Entrevistas com camponeses da comunidade de Malhada da Pedra.....	<b>38</b>
<b>Quadro 12 -</b>	Entrevistas com camponeses da comunidade da Conceição.....	<b>38</b>

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**AESA:** Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba.

**CAR:** Cadastro Ambiental Rural.

**CBH-PB:** Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Estado da Paraíba.

**EMPAER:**

**SEBRAE:** Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

**UFCG/CDSA:** Universidade Federal De Campina Grande / Centro De Desenvolvimento Sustentável Do Semiárido.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>O COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA.....</b>	<b>13</b>
2.1	A FORMAÇÃO DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA, SEUS OBJETIVOS E FINALIDADES.....	13
2.2	A COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA E SUAS ELEIÇÕES.....	20
<b>3</b>	<b>O MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB E O COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA.....</b>	<b>31</b>
3.1	AS REPRESENTAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB NO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA.....	31
3.2	AS DELIBERAÇÕES DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA SOBRE O MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB.....	32
<b>4</b>	<b>COMO OS POVOS RIBEIRINHOS VEEM O COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA.....</b>	<b>37</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>42</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>43</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O nosso objeto de estudo é a Participação popular do município de Sumé-Pb no Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba. O CBH do Rio Paraíba foi instituído pelo Decreto Estadual Nº 27.560, de 04 de setembro de 2006, e abrange a Sub-bacia do rio Taperoá, e as Regiões do Alto, Médio e Baixo Curso do rio Paraíba. O Comitê foi aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, como um órgão colegiado, de caráter consultivo e deliberativo que compõem o Sistema Integrado de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos do estado. O Comitê diz ter como função o diagnóstico da situação dos recursos hídricos na bacia, bem como a identificação dos conflitos entre usuários, além dos riscos de racionamento dos recursos hídricos ou de sua poluição e de degradação ambiental em razão de sua má utilização. Regimento Interno, (CBH-PB).

Com base nos editais de 2011, 2014 e 2018, vemos que o Comitê é composto de 60 (sessenta) membros titulares e respectivos suplentes, distribuídos percentualmente por segmento, da seguinte forma: I - 30% Sociedade Civil Organizada, correspondendo a 18 titulares e respectivos suplentes; II - 40% Usuários de Recursos Hídricos, correspondendo a 24 titulares e respectivos suplentes; III - 3% Poder Público Federal, correspondendo a 02 titular e respectivos suplentes; IV - 7% Poder Público Estadual, correspondendo a 04 titulares e respectivos suplentes; V - 20% Poder Público Municipal, correspondendo a 12 titulares e respectivos suplentes. As eleições para o comitê acontecem a cada (04) quatro anos.

Na presente pesquisa buscamos, portanto, investigar como se dá na prática a participação popular do comitê de bacia na gestão das águas do Rio Paraíba. Assim, o nosso objetivo geral é o de compreender como se dá a participação popular do município de Sumé-Pb na gestão das águas do comitê da bacia do Rio Paraíba. Especificamente, buscamos compreender como se deu a formação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba; estudamos como, ao longo da existência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba (2007-2022), o município de Sumé se fez representado nele e também investigamos se este território foi pautado em suas reuniões ordinárias e extraordinárias; e analisamos o grau de conhecimento da população ribeirinha do município de Sumé-PB sobre Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba.

A nossa fundamentação teórica tem por base o materialismo histórico-dialético pensado por Karl Marx e Friedrich Engels. O trabalho teórico desses autores está fundamentado no que ele chamava de concepção materialista da história. O período em que eles viveram foi marcado pelas grandes mudanças causadas pelo crescente processo de

industrialização dos países europeus. Marx e Engels testemunharam o crescimento das indústrias, o inchamento dos meios urbanos e o conseqüente aumento vertiginoso das desigualdades sociais. De acordo com a concepção materialista, fundamentada por Marx e Engels, as mudanças sociais que se passam no decorrer da história de uma sociedade não são determinadas por ideias ou valores. Na verdade, essas mudanças são influenciadas pela realidade material, isto é, a situação econômica dos atores da sociedade em questão.

No materialismo histórico, as respostas para os fenômenos sociais estão inseridas nos meios materiais dos sujeitos. Isso quer dizer que diferentes situações materiais, o que em uma sociedade capitalista traduz-se em situação econômica, moldam diferentes sujeitos. Essa diferença seria, para Marx e Engels, vetor de conflitos entre grupos de indivíduos submetidos a realidades materiais diferentes. Como é amplamente conhecido, Marx e Engels desenvolveram a teoria do materialismo histórico e dialético, empregando um materialismo que unisse dialeticamente a realidade objetiva, os sujeitos e suas modificações. Esse entendimento sustenta que: “[...] a dialética é a ciência das leis mais gerais do movimento e do desenvolvimento da natureza, da sociedade e do pensamento, a ciência da ligação universal de todos os fenômenos que existem no mundo” (SPIRKINE; YAKHOT, 1975, p. 20).

Em outras palavras, a dialética é o estudo das mudanças que ocorrem na natureza, no homem e na sociedade no decorrer da história. Esta não vê o mundo como um objeto fixo, mas sim tem uma visão de que tudo está em constante movimento e transformação.

Na concepção de Marx, como na de Hegel, a Dialética compreende o que hoje se chama de teoria do conhecimento ou gnosiologia, que deve igualmente considerar seu objeto do ponto de vista histórico, estudando e generalizando a origem e o desenvolvimento do conhecimento, a passagem da ignorância ao conhecimento. (LENIN, 1979, p. 20).

Desta forma, o processo de compreensão do conhecimento é voltado para a visão histórica do mesmo, considerando as mudanças e transformações que o mesmo passou, ou seja, para a dialética nada é permanente tudo está em constante transformação.

O Materialismo Histórico foca sua lente interpretativa da realidade na explicação das transformações e apresenta-se como um desafio intelectual, pois defende a importância de se investigar a raiz daquela realidade que se coloca ao pesquisador e a necessidade de contextualizá-la no âmbito da sociedade, pois somente assim o conhecimento construído adquire relevância científica. Isso significa que as investigações devem buscar as mais completas e seguras informações que se possa obter a respeito do objeto de pesquisa.

Na execução deste trabalho usamos os pressupostos da pesquisa qualitativa-quantitativa, através da pesquisa exploratória. Flick (2004) salienta que a convergência dos métodos qualitativos e quantitativos proporcionam mais credibilidade e legitimidade aos resultados encontrados, evitando o reducionismo à apenas uma opção. O objetivo de uma pesquisa exploratória é o de familiariza-se com um assunto pouco conhecido, pouco explorado (GIL, 2008). Tais pressupostos foram assentados no método de procedimento do materialismo histórico-dialético, que considera que a materialidade das relações sociais (o real) precede o ser social, e que o ser social transforma este real.

O nosso campo de pesquisa foi a região em torno da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, cujos sujeitos investigados foram aqueles ligados a Sociedade Civil Organizada e também os Usuários de Recursos Hídricos. Como fontes utilizamos o regimento interno, as atas, as deliberações e os editais do CBH-PB, além de matérias jornalísticas e entrevistas com depoentes do segmento usuários de águas (camponeses).

Para fins da estruturação de nosso trabalho, desdobramos os nossos três objetivos específicos nos três capítulos de nosso TCC. O primeiro buscou compreender como se deu a formação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba. O segundo estudou como, ao longo da existência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba (2007-2022), o município de Sumé se fez representado nele e também investigamos se este território foi pautado em suas reuniões ordinárias e extraordinárias. E o terceiro analisou o grau de conhecimento da população ribeirinha do município de Sumé-PB sobre Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba. Esse conjunto compõe a nossa monografia, a água sempre corre para o mar<sup>1</sup>: um estudo sobre a participação popular do município de Sumé-Pb no Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba.

---

<sup>1</sup> Dito popular comum para descrever as ações comuns e atitudes inadequadas pelo abuso de poder.

## 2 O COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA

O objetivo desse capítulo é o de compreender como se deu a formação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, quais os seus objetivos e finalidades, bem como o perfil de sua composição e as suas eleições.

### 2.1 A FORMAÇÃO DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA, SEUS OBJETIVOS E FINALIDADES

No site da Agência de Gestão das Águas da Paraíba - AESA<sup>2</sup>, na parte que traz as informações do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Estado da Paraíba (CBH-PB), temos acesso de imediato a uma informação que cuida de apresentar geograficamente e demograficamente a Bacia Hidrográfica do rio Paraíba, dizendo que

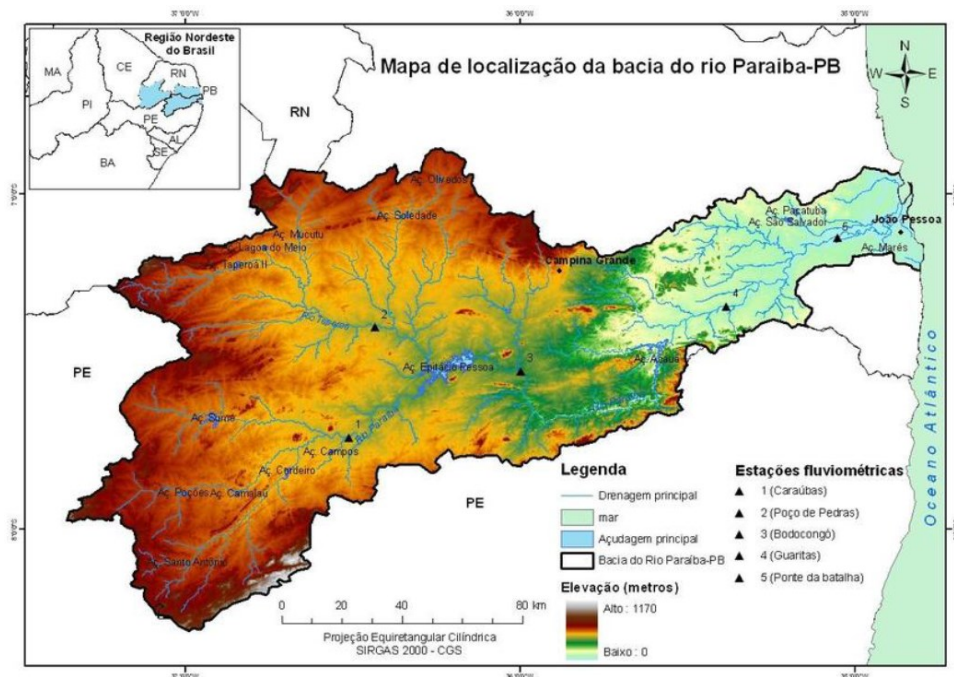
(...) com uma área de 20.071,83 km<sup>2</sup>, compreendida ente as latitudes 6°51'31" e 8°26'21" Sul e as longitudes 34°48'35"; e 37°2'15"; Oeste de Greenwich, é a segunda maior do Estado da Paraíba, pois abrange 38% do seu território, abrigando 1.828.178 habitantes que correspondem a 52% da sua população total. Considerada uma das mais importantes do semi-árido nordestino, ela é composta pela sub-bacia do Rio Taperoá e Regiões do Alto Curso do rio Paraíba, Médio Curso do rio Paraíba e Baixo Curso do rio Paraíba. Além da grande densidade demográfica, na bacia estão incluídas as cidades de João Pessoa, capital do Estado e Campina Grande, seu segundo maior centro urbano.

A seguir, apresentamos um mapa para melhor compreendermos o território em estudo.

---

<sup>2</sup> O órgão gestor dos recursos hídricos paraibanos é a Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA, criada pela Lei nº 7.779, de 07/07/2005, sob a forma jurídica de uma Autarquia, vinculada à Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia - SERHMACT. Conforme o Art. 3º da citada lei, "são objetivos da AESA, o gerenciamento dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais de domínio do Estado da Paraíba, de águas originárias de bacias hidrográficas localizadas em outros Estados que lhe sejam transferidas através de obras implantadas pelo Governo Federal e, por delegação, na forma da Lei, de águas de domínio da União que ocorrem em território do Estado da Paraíba.". Site AESA.

**Mapa 1 - Localização da bacia do rio Paraíba-PB**



Fonte: AESA, 2018.

No mesmo site da AESA, vemos que, na parte da apresentação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Estado da Paraíba (CBH-PB), há uma justificativa para a razão de sua existência, que se apresenta da seguinte maneira:

Através do Governo Federal e Estadual, foram construídos na área da Bacia vários açudes públicos, que são utilizados no abastecimento das populações e rebanhos, irrigação, pesca e em algumas iniciativas de lazer e turismo regional. Esses reservatórios são as principais fontes de água da região e **nas ocorrências de estiagens muitos deles entram em colapso, ocasionando conflitos pelo uso dos recursos hídricos e graves problemas de ordem social e econômica**, como é o caso do Açude Epitácio Pessoa em Boqueirão. **Portanto, pelas considerações expostas e pelo diagnóstico da situação dos recursos hídricos na Bacia, bem como a identificação dos conflitos entre usuários, dos riscos de racionamento dos recursos hídricos ou de sua poluição e de degradação ambiental em razão da má utilização desses recursos, entende-se que é necessária instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba**, já aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, como um órgão colegiado, de caráter consultivo e deliberativo que comporá o Sistema Integrado de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado. (Grifos nossos).

Vemos que para a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Estado da Paraíba (CBH-PB) utilizaram da justificativa de sua necessidade para resolver possíveis conflitos que possam surgir quando das estiagens que provocam o colapso nos reservatórios d'água ao longo da bacia do Rio Paraíba. Aqui já cabe ser mencionado uma primeira questão: a região do Baixo Paraíba, que se encontra na Zona da Mata do Estado, não está inserida no



Semiárido brasileiro e, assim, não tem problemas frequentes de estiagens. Logo, de um ponto de vista crítico, esta justificativa parece não ser a única cabível para a existência do referido Comitê. Preferimos pensar que a sua criação está inserida numa demanda das classes dominantes que buscam historicamente controlar não somente as terras de nosso país, mais também as águas. E é atrás desta investigação que o nosso estudo percorrerá. A princípio, apresentamos mais um mapa para melhor compreendermos a complexidade que envolve a longa Bacia do Rio Paraíba, com destaque para as Regiões do Alto, Médio e Baixo Curso dela. Vejamos:

**Mapa 2 - Localização das Regiões do Alto, Médio e Baixo Curso do Rio Paraíba-PB**



FONTE: AESA, 2018.

Com base no seu Regimento Interno, vemos que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Estado da Paraíba (CBH-PB) foi criado pelo Decreto Estadual N° 27.560, de 04 de setembro de 2006<sup>3</sup>, se tratando de um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e normativa, integrante dos Sistemas Nacional e Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, nos termos da Lei Federal n° 9.433, de 08 de janeiro de 1997 e da Lei Estadual n° 6.308, de 02 de julho de 1996, com as alterações introduzidas pela Lei Estadual n° 8.446/2007, de 28 de dezembro de 2007, da Resolução n° 01, de 06 de agosto de 2003, e da

<sup>3</sup> Na ocasião, o governador da Paraíba era Cássio Cunha Lima.

Resolução Estadual N° 03, de 05 de novembro de 2003, ambas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, sendo disciplinado por este Regimento Interno e demais disposições pertinentes. Vemos ainda que a sede e foro do CBH-PB coincidirá com a de sua Secretaria Executiva e poderá ser transferida por decisão do Plenário.

Também de acordo com Regimento Interno, o CBH-PB diz ter como objetivo abranger 85 (oitenta e cinco) municípios, distribuídos na Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Taperoá e nas Regiões Hidrográficas do Baixo, Médio e Alto Curso do Rio Paraíba, compreendendo os seguintes municípios (por ordem alfabética): Alagoa Grande, Alcantil, Amparo, Araçagi, Areial, Aroeiras, Assunção, Barra de Santana, Barra de Santa Rosa, Barra de São Miguel, Bayeux, Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras, Cabedelo, Cacimbas, Cacimbas de Areia, Caldas Brandão, Camalaú, Campina Grande, Caraúbas, Caturité, Congo, Coxixola, Cruz do Espírito Santo, Cubati, Desterro, Fagundes, Gado Bravo, Gurinhém, Gurjão, Ingá, Itabaiana, Itatuba, João Pessoa, Juarez Távora, Juazeirinho, Junco do Seridó, Juripiranga, Lagoa Seca, Livramento, Lucena, Mari, Massaranduba, Mogeiro, Montadas, Monteiro, Mulungu, Natuba, Olivedos, Ouro Velho, Parari, Pedras de Fogo, Pilar, Pocinhos, Prata, Puxinanã, Queimadas, Riachão do Bacamarte, Riachão do Poço, Riacho de Santo Antônio, Salgadinho, Salgado de São Félix, Santa Cecília, Santa Rita, Santo André, São Domingos do Cariri, São João do Cariri, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São José dos Ramos, São Miguel de Taipu, São Sebastião do Umbuzeiro, Sapé, Seridó, Serra Branca, Serra Redonda, Sobrado, Soledade, Sumé, Taperoá, Teixeira, Tenório, Umbuzeiro e Zabelê. Abaixo segue um mapa em que é possível identificarmos as Regiões Hidrográficas do Baixo, Médio e Alto Curso do Rio Paraíba.

A seguir, apresentamos um quadro distribuindo estes municípios pelas suas respectivas Regiões do Alto, Médio e Baixo Curso do Rio Paraíba.

**Quadro 1 - Municípios integrantes das Regiões do Alto, Médio e Baixo Curso do Rio Paraíba**

REGIÃO	MUNICÍPIOS INTEGRANTES	TOTAL
Alto Paraíba	Amparo, Assunção, Barra de São Miguel, Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras, Cacimbas, Cacimbas de Areia, Camalaú, Caraúbas, Caturité, Congo, Coxixola, Cubati, Desterro, Fagundes, Gado Bravo, Gurjão, Juazeirinho, Junco do Seridó, Livramento, Monteiro, Olivedos, Ouro Velho, Parari, Pocinhos, Prata, Puxinanã, Riacho de Santo Antônio, Salgadinho, Santo André, São Domingos do Cariri, São João do Cariri, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Soledade, Sumé, Taperoá, Teixeira, Tenório e Zabelê.	45
Médio Paraíba	Alagoa Grande, Alcantil, Araçagi, Areial, Aroeiras, Barra de Santana, Barra de Santa Rosa, Barra de São Miguel, Campina Grande, Fagundes, Gado Bravo, Lagoa Seca, Massaranduba, Mogeiro, Pocinhos, Queimadas, Umbuzeiro	17



- IV - Promover a otimização dos benefícios econômicos e sociais resultantes do aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos;
- V - Compatibilizar o gerenciamento dos recursos hídricos com o desenvolvimento regional, levando em conta aspectos econômico-sociais e as necessidades de preservação e conservação do meio ambiente;
- VI - Promover a utilização múltipla dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, assegurando o uso prioritário para o abastecimento das populações;
- VII - Promover a integração das ações na defesa contra eventos hidrológicos críticos, que ofereçam risco à saúde e à segurança pública assim como outros prejuízos;
- VIII - Estimular e propor a proteção e a preservação dos recursos hídricos e do meio ambiente contra ações que possam comprometer o uso múltiplo atual e futuro;
- IX - Estimular e propor parcerias para criação de novas tecnologias e capacitar recursos humanos voltados para a conservação dos recursos hídricos e do meio ambiente no âmbito da bacia;
- X - Orientar os usuários de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba no sentido de adotar os instrumentos legais necessários ao cumprimento das Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, como a outorga pelo uso da água e a licença para realização de obras de oferta hídrica;
- XI - Promover o reconhecimento do recurso hídrico como um bem público, de valor econômico e ambiental, cuja utilização deve ser cobrada, observados os aspectos de quantidade, qualidade e as peculiaridades das bacias hidrográficas;
- XII - Promover a integração das práticas cognitivas e culturais das comunidades rurais no manejo sustentável da água aos planos de gestão de recursos hídricos da bacia hidrográficas;
- XIII - Promover as ações e exercer as atribuições definidas no âmbito da Política e do Sistema Nacional e Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, implementando e integrando as ações previstas na Lei Federal 9.433 de 08 de janeiro de 1997, na Lei Estadual nº 6.308, de 02 de julho de 1996, com as alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 8.446/2007, de 28 de dezembro de 2007 e em normas complementares supervenientes;
- XIV - Articular às esferas Federal, Estadual e Municipal para integrar as iniciativas de estudos, projetos, planos e programas às diretrizes e metas estabelecidas para a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, com vistas à conservação, proteção e manutenção dos recursos naturais, considerando seu potencial hidrográfico e sua biodiversidade;
- XV - Acompanhar a criação e promover a integração de instâncias locais de gestão de recursos hídricos da bacia, tais como as comissões gestoras de açudes e outras formas de organização; e
- XVI - Promover a integração das práticas educativas e culturais das comunidades no manejo sustentável da água aos planos de gestão de recursos hídricos das bacias hidrográficas. (REGIMENTO INTERNO DO CBH-PB).

As competências do Comitê também são apresentadas em seu Regimento Interno.

Vejamos:

- I - Aprovar o plano da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba para integrar o Plano Estadual de Recursos Hídricos e suas atualizações;
- II - Estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba e sugerir os valores a serem cobrados;
- III - Ter participação no estabelecimento dos critérios para a outorga dos direitos de uso de água na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba;
- IV - Discutir e aprovar a proposta do órgão gestor do meio ambiente para o enquadramento dos corpos d'água da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, em classes de uso preponderantes, com o apoio de audiências públicas, assegurando o uso prioritário para o abastecimento humano;

- V - Opinar sobre o sistema de informações em recursos hídricos do Estado da Paraíba, em particular, no que se refere à Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba;
- VI - Desenvolver e apoiar iniciativas em educação ambiental em consonância com as Legislações Estadual e Federal;
- VII - Discutir, propor e aprovar os projetos, programas e orçamentos a serem executados com recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba;
- VIII - Promover a integração entre os componentes do Sistema Integrado de Planejamento e Gerenciamento dos Recursos Hídricos, que atuam na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, bem como a articulação com o setor privado e a sociedade civil;
- IX - Arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;
- X - Deliberar sobre a proposta de plano de utilização, conservação, proteção e recuperação dos recursos hídricos da bacia hidrográfica, manifestando-se sobre as medidas a serem implementadas, as fontes de recursos utilizadas e definindo as prioridades a serem estabelecidas;
- XI - Recomendar a celebração de convênios de entidades integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba com entidades públicas e/ou privadas nacionais e internacionais;
- XII - Acompanhar a execução da Política Pública de Recursos Hídricos, na área de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba (CBH-PB), formulando sugestões e oferecendo subsídios aos órgãos que compõem o Sistema Integrado de Planejamento e Gerenciamento dos Recursos Hídricos;
- XIII - Solicitar aos Órgãos competentes a elaboração de Relatório Semestral sobre a situação hídrica na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, emissão de Boletins Mensais de Precipitação nessa bacia, previsões climáticas disponíveis e estado de conservação das obras hídricas existentes e em operação;
- XIV - Solicitar aos Órgãos competentes a elaboração de Relatório Semestral sobre a situação hídrica na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, emissão de Boletins Mensais de Precipitação nessa bacia, previsões climáticas disponíveis e estado de conservação das obras hídricas existentes e em operação;
- XV - Promover estudos, divulgação e debates sobre os programas prioritários de serviços e obras a serem realizados no interesse da coletividade;
- XVI - Constituir comissões específicas e câmaras técnicas definindo, no ato de criação, sua composição, atribuições e duração;
- § 1º Nas constituições das comissões específicas ou câmaras técnicas, o CBH-PB poderá convidar pessoas e/ou entidades que não o integram para compor as mesmas.
- § 2º As comissões específicas ou câmaras técnicas poderão convidar pessoas e entidades para subsidiá-las em suas funções.
- XVII - Discutir e aprovar anualmente o plano de operação dos principais reservatórios da bacia hidrográfica elaborado conjuntamente com os órgãos gestores de recursos hídricos e de gerenciamento de reservatórios;
- XVIII - Aprovar e reformular o regimento, quando necessário, obedecendo às condições nele estabelecidas;
- XIX - Propor a elaboração e implementação de programas anuais e plurianuais de investimentos em serviços e obras de interesse para o gerenciamento dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, e em períodos críticos, planos emergenciais;
- XX - Discutir e propor mecanismos de transferência de água da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba para outras bacias;
- XXI - Analisar e deliberar sobre as propostas da Agência de Água, que lhe forem submetidas;
- XXII - Submeter, obrigatoriamente, os planos de recursos hídricos da bacia hidrográfica à audiência pública;
- XXIII - Acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;
- XXIV - Propor ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da

obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;

XXV - Orientar os usuários de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba no sentido de adotar os instrumentos legais necessários ao cumprimento da Política de Recursos Hídricos do Estado, como a outorga pelo uso da água e a licença para realização de obras de oferta hídrica;

§ 1º Nas constituições das comissões específicas ou câmaras técnicas, o CBH-PB poderá convidar pessoas e/ou entidades que não o integram para compor as mesmas.

§ 2º As comissões específicas ou câmaras técnicas poderão convidar pessoas e entidades para subsidiá-las em suas funções.

XXVI - Opinar sobre os assuntos que lhe forem submetidos por seus membros e demais credenciados, e outras questões que afetam direta ou indiretamente ao CBH-PB.

Parágrafo Único. Cabe ao comitê analisar os Planos de Recursos Hídricos que lhe forem submetidos, na sua área de atuação, podendo solicitar alterações e complementações, bem como reprovar tais planos. (REGIMENTO INTERNO DO CBH-PB).

Se faz importante apresentarmos estas finalidades e competências para observarmos nos capítulos seguintes de que maneira as mesmas são operacionalizadas e em favor de quem.

## 2.2 A COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA E SUAS ELEIÇÕES

O Regimento Interno determina que o CBH-PB será integrado por pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, totalizando sessenta (60) membros titulares e respectivos suplentes, obedecidos aos seguintes percentuais por segmento:

I - 40% (quarenta por cento) de representantes de usuários de água com atuação na bacia hidrográfica, correspondendo a 24 (vinte e quatro) membros titulares e respectivos suplentes;

II - 30% (trinta por cento) de representantes de organizações da sociedade civil com atuação na bacia hidrográfica, correspondendo a 18 (dezoito) membros titulares e respectivos suplentes;

III - 30% (trinta por cento) de representantes do Poder Público, assim distribuídos:

a) 7% (sete por cento) de representantes de órgãos do Poder Público estadual com investimentos ou competência na área da bacia, correspondendo a 4 (quatro) membros titulares e respectivos suplentes;

b) 3% (três por cento) de representantes de órgãos do Poder Público federal com investimentos ou competência na área da bacia, correspondendo a 2 (dois) membros titulares e respectivos suplentes;

c) 20% (vinte por cento) de representantes dos poderes públicos municipais sediados na bacia, correspondendo a 12 (doze) membros titulares e respectivos suplentes. (REGIMENTO INTERNO DO CBH-PB).

Este documento também apresenta detalhadamente quem integra cada segmento acima apresentado. Para uma melhor visualização, destacamos a classificação destes indivíduos no quadro a seguir:

**Quadro 2 - Identificação dos representantes do CBH-PB**

SEGMENTO	QUEM SÃO	SETORES
Representantes de usuários de água	Indivíduos, grupos, entidades públicas e privadas e coletividades que utilizam recursos hídricos e comprovem essa condição mediante outorga de direito de uso.	I - Abastecimento urbano e rural, com a captação de água ou lançamento de efluentes na bacia; II - Indústria e mineração, com captação de água e/ou diluição de efluentes na bacia; III - Irrigação e uso agropecuário, com a captação de água ou lançamento de efluentes na bacia; IV - Hidroeletricidade; V - Hidroviário; VI - Pesca, turismo, lazer e outros usos não consultivos.
Representantes de organizações da sociedade civil	Organizações civis	I - Consórcios e associações intermunicipais com atuação comprovada no âmbito das bacias hidrográficas; II - Federações e associações regionais, locais, setoriais de usuários de águas, com atuação comprovada no âmbito das bacias; III - Organizações técnicas e organizações de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos que atuem ou tenha atuado, desenvolvendo projetos, estudos, pesquisas ou outras formas de atuação diretamente relacionadas às questões ambientais ou específicas de recursos hídricos, no âmbito das bacias hidrográficas; IV - Organizações não governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade, bem como outras organizações, que atuem diretamente relacionadas às questões ambientais ou específicas de recursos hídricos, pertencentes a uma das categorias a seguir relacionadas: a) Organizações de natureza ambientalista; b) Organizações cuja natureza e prática estejam relacionadas a ações sociais, educacionais e culturais; c) Organizações que representam movimentos sociais; d) Organizações relacionadas à defesa de interesses comunitários; e) Sindicatos, organismos e associações de classe. V - Outras organizações reconhecidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, desde que devidamente comprovado.
Representantes do Poder Público	Poderes municipal, estadual e federal	I - Órgãos do Poder Público municipal; II - Órgãos do Poder Público estadual; e III - Órgãos do Poder Público federal.

**Fonte:** REGIMENTO INTERNO DO CBH-PB. Quadro elaborado pelo autor do texto.

No que diz respeito às eleições, o Regimento interno determina que:

§ 9º O mandato dos membros do CBH-PB será de 4 (quatro) anos, podendo os membros serem reeleitos.

§ 10º Fica assegurada a eleição de pelo menos 2 (dois) representantes por sub-bacia ou região hidrográfica.

§ 11º O CBH-PB manterá permanentemente aberto o processo de cadastramento de usuários e entidades civis de recursos hídricos.

§ 12º Os representantes dos segmentos mencionados nos incisos I e II e na alínea "c" do inciso III deste artigo serão eleitos em plenária própria de cada segmento.

§ 13º O processo de escolha deverá terminar até 30 (trinta) dias antes do fim do mandato e será coordenado pelo 1º Secretário do CBH-PB.

§ 14º Nos processos eleitorais do CBH-PB, a escolha dos membros titulares e suplentes representantes do Poder Público Municipal, dos usuários e da sociedade civil, ocorrerá em eleições específicas, por segmento e terá ampla e prévia divulgação a partir de editais contendo critérios de credenciamento e regras de habilitação e representatividade. (REGIMENTO INTERNO DO CBH-PB).

Desde a sua criação em 2006, já ocorreram cinco eleições (2006, 2010, 2014, 2018 e 2022), cujos resultados da última passamos a apresentar e a analisá-los.

A seguir, apresentamos a relação dos representantes dos usuários de água no CBH-PB - Gestão 2022-2026:

**Quadro 3 - Relação dos representantes dos usuários de água no CBH-PB - Gestão 2022-2026**

Nº	Vaga	Usuário de água	Representante	Município	Função/Profissão
1	Titular	Adaiton Raulino Vicente da Silva	O mesmo	São Miguel de Taipu	
2	Titular	Anderson Gonçalves Croccia	O mesmo	Itatuba	Empresário: AGC Consultoria em Sustentabilidade
3	Titular	André Gustavo Jansen de Oliveira	O mesmo	Itabaiana	Sócio proprietário- Aquicultura e Consultoria
	Suplente	Jocemir Paulino da Silva Junior	O mesmo	Itabaiana	Empresário com participação em 4 CNPJ, a mais recente é a Sítio São Bento Agronegócio Ltda.
4	Titular	Antônio Carlos de Almeida	O mesmo	Itabaiana	
5	Titular	Aquicultura Santa Maria	Gabriel Dantas Vilar	Taperoá	Empresário com participação em 4 CNPJ's
6	Titular	Borba e Cahu Aquicultura Ltda	Leonardo Costa Barros Cahú	Salgado de São Félix	Empresário com participação em 10 CNPJ's
7	Titular	Cia Usina São João	Fabiana Donato Soares Lisboa	Santa Rita	Empresária com participação em 2 CNPJ's
8	Titular	Cleivaldo Antônio Araújo	O mesmo	Salgado de São Félix	Empresário: MCpeças E Serviços
9	Titular	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA	Lucílio José dos Santos Vieira	João Pessoa	Empresário com participação em 1 CNPJ's
10	Titular	Eduardo Camelo Borba Filho	Eduardo Camelo Borba Filho	Itatuba	Empresário: Comércio varejista de produtos alimentícios em geral em produtos
11	Titular	Ferreira e Marinho Aquicultura LTDA	Josefa Karina da Silva	Salgado de São Félix	
12	Titular	Hênio Oliveira Barbosa	O mesmo	Barra de Santana	Especialista em Direito Penal e Direito Processual Penal pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB (2013)
13	Titular	Japungú Agroindustrial	Alexandre	Santa Rita	



		LTDA	Maciel Guerra		
14	Titular	Leandro Nunes Azevedo	O mesmo	Mogeirol	
15	Titular	Leandro Ross Machado de Lima	O mesmo	Salgado de são Félix	
16	Titular	Lenilson Bezerra da Silva	O mesmo	Congo	Vereador
17	Titular	Miriri Alimentos e Bioenergia S/A	Gabriela Cristina Soares Rodrigues	Santa Rita	
18	Titular	Rafael Brito Ribeiro Coutinho	O mesmo	São Miguel de Taipu	Empresário com participação em 2 CNPJ's
19	Titular	Real pescado	Alexandre Santos de Abreu	Salgado de São Félix	Empresário com participação em 10 CNPJ's, perante RFB nos seguintes estados: PB, RJ, SP.
20	Titular	Rivaldo Paulo de Souza	O mesmo	Caraúbas	Empresário
21	Titular	União Criação de Camarões LTDA-ME	Pedro Gonçalves de Andrade Filho	Mogeirol	
22	Titular	Japungú Agroindustrial LTDA - Unidade Agroval	Ulysmar Curvelo Cavalcanti	Santa Rita	Gerente Industrial na Us. Agroval
23	Titular	Valdemir Azevedo Pereira	O mesmo	Itabaiana	Empresário: Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo
24	Titular	Wesley Juan Silva	O mesmo	Caraúbas	

Fonte: AESA. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Percebemos que temos pouco representantes da região do Cariri representando os usuários de água e que, a maior parte dos representantes, é formada por pessoas do baixo curso do Rio Paraíba, onde ficam localizadas as grandes indústrias da Paraíba.

A seguir, apresentamos a relação dos representantes da sociedade civil organizada no CBH-PB - Gestão 2022-2026:

**Quadro 4 - Relação dos representantes da sociedade civil organizada no CBH-PB - Gestão 2022-2026**

Nº	Vaga	Instituição	Representante	Município	Função/Profissão
1	Titular	Associação de Proteção Ambiental 8 Verde	Albênia Silva Monteiro	Boqueirão	
2	Titular	Associação dos Carcinocultores da Paraíba	André Gustavo Jansen de Oliveira	Itabaiana	Sócio proprietário - Aquicultura e Consultoria, Diretor de Produção da LMAR Carcinocultura Ltda
	Suplente	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba - CREA/PB	Hugo Barbosa de Paiva Júnior	João Pessoa	Presidente do Crea-PB
3	Titular	Associação dos Irrigantes do Açude Epitácio Pessoa	Claúdia Fernanda Costa Estevam	Boqueirão	

	Suplente	Federação das Indústrias do Estado da Paraíba – FIEP	Francisco de Assis Benevides Gadelha	Campina Grande	Empresário (a) com participação em 12 CNPJ's, perante RFB nos seguintes estados: MA, PB
4	Titular	Centro de Apoio, Promoção e Desenvolvimento da Agroecologia e Agricultura Familiar	Carlos Emanuel Moura da Silva	Sumé	Graduado em Engenharia de Biosistemas pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG / CDSA
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camalaú	Eduardo Bernando da Silva	Camalaú	
5	Titular	Centro de Conscientização, Defesa Ambiental e Social – CEDAMS	Marlindo Francelino Gomes	Sapé	Empresário(a) com participação em 1 CNPJ's
	Suplente	Centro Vida Nordeste	Itaragil Venâncio Marinho	Prata	
6	Titular	Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis – ITAMARE	João Batista da Silva	Itabaiana	
	Suplente	Associação Paraibana dos Amigos da Natureza – APAN	Lígia Maria de Medeiros Silva	João Pessoa	
7	Titular	Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba – FAEPA	Tatiana Gomes de Pontes	João Pessoa	
8	Titular	Instituto Federal de Educação – IFPB	Paulo Tavares Muniz Filho	Itabaiana	
	Suplente	Universidade Federal da Paraíba – UFPB	Tarcisio Alves Cordeiro	João Pessoa	
9	Titular	Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado da Paraíba – SINDALCOOL	Danilo da Silva Maciel	João Pessoa	
	Suplente	Federação das Associações de Municípios da Paraíba – FAMUP	Tenystocles Normando Vitorino da Rocha	João Pessoa	Empresário: C-BOOK
10	Titular	Sindicato dos Produtores Rurais	João de Deus Rodrigues	Campina Grande	
	Suplente	Sindicato dos Produtores Rurais de Itabaiana	Maria Emilia de Sousa Ramos	Itabaiana	
11	Titular	Sindicato dos Produtores Rurais de Olivedos	Maria Izabel Borges de Oliveira	Olivedos	
12	Titular	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caturité	João Gomes de Andrade	Caturité	
	Suplente	Sindicato Rural de Juazeirinho	Humberto Gonçalves Araujo	Juazeirinho	
13	Titular	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teixeira	Vânia Maria da Silva Costa	Teixeira	
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de	Vânia Victor Felipe dos	Salgadinho	Empresário(a) com participação em 1

		Salgadinho	Santos		CNPJ's
14	Titular	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Gurinhém	Geraldo Mariano da Silva	Gurinhém	
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Santa Cecília	José Valter de Lira	Santa Cecília	Vereador
15	Titular	STRurais Agricultores e Agricultoras Familiares de São Domingos do Cariri	Antônio Pereira Diniz	São Domingos do Cariri	Vereador
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Riacho de Santo Antônio	Antônio Galdino Pereira	Riacho de Santo Antônio	EX – Vereador
16	Titular	STR Agricultores e Agricultoras Familiares de Mari	Raquel Barbosa da Silva	Mari	Empresário(a) com participação em 1 CNPJ's
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Junco do Seridó	Jose Agnaldo da Silva	Junco do Seridó	
17	Titular	STR Agriculturas e Agricultores Rurais de Barra de Santana	Paulo Medeiros Barreto	Barra de Santana	
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro	Luiz Silva	São Sebastião do Umbuzeiro	
18	Titular	Universidade Federal de Campina Grande - UFCG	Sérgio Murilo Santos de Araújo	Campina Grande	

Fonte: AESA. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Analisando o quadro acima, notamos que a boa parte dos representantes é do ramo empresarial, que estão associados à Sindicatos Rurais. O município de Sumé se faz representado por Carlos Emanuel Moura da Silva, do Centro de Apoio, Promoção e Desenvolvimento da Agroecologia e Agricultura Familiar. Carlos é Graduado em Engenharia de Biosistemas pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG / Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA. Em agosto de 2018, ingressou no curso de Pós-Graduação no Mestrado Profissional em Rede Nacional de Gestão e Regulação em Recursos Hídricos (Profágua), polo UFCG/CDSA. Tem experiência em Geoprocessamento e Sistemas de Informações Geográficas (SIG), aplicado em Recursos Naturais do Semiárido, bioma caatinga e unidades de conservação.

A seguir, apresentamos a relação dos representantes do poder público no CBH-PB - Gestão 2022-2026:

**Quadro 5 - Relação dos representantes do poder público no CBH-PB - Gestão 2022-2026**

<b>PODER PÚBLICO MUNICIPAL</b>					
<b>Nº</b>	<b>Vaga</b>	<b>Prefeituras</b>	<b>Representante</b>	<b>Município</b>	<b>Função/Profissão</b>
1	Titular	Prefeitura Municipal de Boqueirão	Kristeny Leite Chaves	Boqueirão	Presidente da Associação dos Irrigantes do Açude Eptácio Pessoa – AIAEP
	Suplente	Prefeitura Municipal de Riacho de Santo Antônio	Adilson Moraes de Farias	Riacho de Santo Antônio	
2	Titular	Prefeitura Municipal de Cabaceiras	Paulo Sergio da Silva Barros	Cabaceiras	
	Suplente	Prefeitura Municipal de Itabaiana	Ruan Blandow Bernardo dos Santos	Itabaiana	Diretor de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
3	Titular	Prefeitura Municipal de Cabedelo	Raissa Tavares Estevam Ramalho	Cabedelo	
	Suplente	Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa	Alex Sandro Azevedo Vieira	Barra de Santa Rosa	Empresário com participação em 2 CNPJ's
4	Titular	Prefeitura Municipal de Campina Grande	Cláudio Brandão Costa	Campina Grande	Funcionário Público na Prefeitura de Campina Grande
	Suplente	Prefeitura Municipal de Sumé	José Romério Soares Brito	Sumé	Empresário com participação em 1 CNPJ's
5	Titular	Prefeitura Municipal de Caraúbas	Rone Feitoza de Sousa	Caraúbas	
	Suplente	Prefeitura Municipal de São João do Cariri	Antônio Marcio dos Santos Rodrigues Barbosa	São João do Cariri	
6	Titular	Prefeitura Municipal de Cruz do Espírito Santo	Ana Cláudia Ferreira da Silva	Cruz do Espírito Santo	
	Suplente	Prefeitura Municipal de Salgadinho	Fábio Junior dos Santos	Salgadinho	
7	Titular	Prefeitura Municipal de Monteiro	Martinho Aparecido Souza Almeida	Monteiro	Empresário: AGROGEO
	Suplente	Prefeitura Municipal de São João do Tigre	José Tadeu de Queiroz	São João do Tigre	
8	Titular	Prefeitura Municipal de São Domingos do Cariri	Geandre Alves de Castro	São Domingos do Cariri	
	Suplente	Prefeitura Municipal de Barra de São Miguel	José Batista Filho	Barra de São Miguel	Coordenador e professor da disciplina de Educação Ambiental - Prefeitura Municipal de Barra de São Miguel
9	Titular	Prefeitura Municipal de São José dos Cordeiros	Paolla Ketylly Silva Leite	São José dos Cordeiros	Empresária: Biossistema Cariri Soluções Ambientais
	Suplente	Prefeitura Municipal de Cubati	Flávio de Lima Araújo	Cubati	
10	Titular	Prefeitura Municipal de São Sebastião do Umbuzeiro	José Diego de Souza Elesbão	São Sebastião do Umbuzeiro	

	Suplente	Prefeitura Municipal de Congo	Benedito Carlos Deodato da Silva	Congo	Empresário com participação em 4 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: PB, DF.
11	Titular	Prefeitura Municipal de Serra Branca	Talles Chateaubriand de Macêdo	Serra Branca	Secretário Municipal de Meio Ambiente de Serra Branca
	Suplente	Prefeitura Municipal de Desterro	Ananias Simões dos Santos	Desterro	
12	Titular	Prefeitura Municipal de Taperoá	George Ciro Monteiro de Farias	Taperoá	Prefeito de Taperoá
	Suplente	Prefeitura Municipal de Soledade	Raissa Borges Oliveira	Soledade	
<b>PODER PÚBLICO ESTADUAL</b>					
Nº	Vaga	Instituição	Representante	Município	Função/Profissão
1	Titular	Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba-AESA	João Adelino de Lima Filho	Campina Grande	Gerente Regional de Bacias Hidrográficas, na Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba
	Suplente	Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba-AESA	Francisco José de Brito Sousa	João Pessoa	
2	Titular	Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente – SEIRHMA	Flávia Dias Suassuna	João Pessoa	Servidora Pública, efetiva do Governo do Estado da Paraíba, com lotação na Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente
3	Titular	Superintendência de Administração do Meio Ambiente – SUDEMA	Samara Galvão da Silva	João Pessoa	
	Suplente	Secretaria de Estado da Saúde – SES	Liliane de Araújo L.M. Lino	João Pessoa	
4	Titular	Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca – SEDAP	Demilson Lemos de Araújo	João Pessoa	
<b>PODER PÚBLICO FEDERAL</b>					
Nº	Vaga	Instituição	Representante	Município	Função/Profissão
1	Titular	Instituto Nacional do Semiárido – INSA	Marcelo José Gama da Silva	Campina Grande	Analista em Ciência e Tecnologia (Meteorologista) do Ministério da Defesa, Sistema de Proteção da Amazônia, Centro Regional de Porto Velho
	Suplente	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS	Renato Roberto Fernandes de Avelar	João Pessoa	Engenheiro Civil na Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
2	Titular	Fundação Nacional de Saúde – FUNASA	Roseane Batista da Cunha	João Pessoa	

Fonte: AESA. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Analisando o quadro acima, vemos que os representantes do poder público do Comitê encontram-se representados por funcionários das prefeituras municipais. Alguns deles são empresários ou participam de alguma cooperativa rural.

A atual Diretoria do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba (Gestão 2022-2026), que é escolhida entre os eleitos, é composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um 1ª Secretário Geral e um 2ª Secretário Geral, relacionados a seguir:

**Quadro 6 - Diretoria do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba - Gestão 2022-2026**

<b>Cargo</b>	<b>Nome</b>	<b>Representante</b>	<b>Função/profissão</b>
Presidente	Valdemir Azevedo Pereira	Usuário de água	Empresário: Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo
Vice-Presidente	Cláudio Brandão Costa	Poder Público Municipal	Funcionário Público na Prefeitura de Campina Grande
1ª Secretária Geral	Cláudia Fernanda Costa Estevam	Sociedade Civil	
2ª Secretário Geral	Talles Chateaubriand de Macêdo	Poder Público Municipal	Secretário Municipal de Meio Ambiente de Serra Branca

**Fonte:** AESA. Quadro elaborado pelo autor do texto.

A diretoria é formada por representantes em geral do Comitê. A presidência ficou representada por usuário de água, Valdemir Azevedo Pereira, já o vice-presidente ficou com o Poder Público Municipal da Prefeitura de Campina Grande. O 1ª e 2ª Secretários Gerais estão com a Sociedade Civil e Poder Público Municipal, respectivamente.

Com relação ao presidente do Comitê, se faz importante dizer, primeiro, que ele se encontra no CBH-RP como representante dos “usuários de águas” e que esta categoria é ampla (indivíduos, grupos, entidades públicas e privadas e coletividades), ou seja, compreende do pescador ao dono de uma empresa de agronegócio. Segundo, é também importante identificarmos quem é, portanto, Valdemir Azevedo Pereira. Após uma pesquisa na internet, verificamos se tratar de Dama Azevedo (apelido), funcionário aposentado do Banco do Brasil, empresário radicado no município de Itabaiana-PB, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Itabaiana e que nas eleições municipais de 2020, foi candidato a prefeito pelo MDB, alcançando a terceira posição naquela disputa<sup>4</sup>. Dama Azevedo é natural

<sup>4</sup> O primeiro colocado foi Lúcio do partido Cidadania, com 7.834 votos (53,27%); o segundo colocado foi Sinval, do PROS, com 6.447 votos (); e o terceiro foi Dama Azevedo, do MDB, com 355 votos (2,41%). Fonte: TER-PB.

de Monteiro-PB e irmão de Walmir Azevedo Pereira, ex vice-prefeito de Monteiro e Gerente regional da EMPAER. Localizamos duas matérias no *Blog Itabaiana hoje região* duas matérias que o citam da seguinte maneira:

VALDEMIR AZEVEDO PEREIRA (DEMA) JUNTO COM ROSEANA SARNEY (GOV. DO MARANHÃO) LANÇA DISTRITO AGROINDUSTRIAL NO AGROBALSAS. Complexo Avícola. No seu primeiro compromisso, Roseana seguiu para a área onde será construído o Complexo Agroindustrial Avícola. O lançamento do empreendimento foi feito pelo diretor Valdemir Azevedo Pereira, que representou o empresário Marcos Notaro no evento. (17/11/2010)

Dema Azevedo é destaque no setor empresarial representando a NATTO. Lançamento da pedra fundamta do frigorífico da Notaro alimentos (frango NATTO), na cidade de Balças no Maranhão, junto ao governador do estado do Maranhão (Flávio Dino) e demais autoridades da cidade de Balças (25/05/2015).

A seguir, apresentamos uma imagem em que aparece Dema Azevedo e o então senador José Maranhão, durante o lançamento de sua campanha eleitoral para prefeito de Itabaiana pelo MDB em 2020:

**Imagem 1** - Dema Azevedo e o então senador José Maranhão, durante o lançamento de sua campanha eleitoral para prefeito de Itabaiana pelo MDB em 2020



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=ezki6rNJ0w>

Já o vice-presidente, Cláudio Brandão Costa, é uma indicação do Poder Público Municipal de Campina Grande, cidade cuja gestão representa os interesses dos industriais desejosos das águas do Alto Paraíba que se represam no açude de Boqueirão.

Percebemos que a diretoria do comitê só tem um (1) representante da região do Cariri, que é Talles Chateaubriand de Macêdo, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Serra Branca<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Engenheiro Ambiental. Mestre em Gestão e Regulamentação de Recursos Hídricos. Engenheiro Ambiental. Foi Engenheiro Consultor na produção e apreciação de Parecer Técnico Ambiental, Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA), Planos de Controle e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (Pacuera), Estudo de Impacto

### 3 O MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB E O COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA

O objetivo desse capítulo é o de analisar como, ao longo da existência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba (2007-2022), o município de Sumé se fez representado nele e também de investigar se este território foi pautado em suas reuniões ordinárias e extraordinárias.

#### 3.1 AS REPRESENTAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB NO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA

Pesquisamos em todas as atas de reuniões ordinárias e extraordinárias do CBH-RPB para sabermos quem foi que representou o município de Sumé de 2007 a 2022, cujos resultados aparecem no quadro a seguir:

**Quadro 7 - Representações do município de Sumé-PB**

Gestão	Usuário de água	Sociedade civil	Poder público municipal	Poder público estadual	Poder público federal
2006-2010	Wellington Gomes da Silva	-	-	-	-
2010-2014	-	José Arquimedes de Amorim da Silva	-	-	-
2014-2018	-	Jose Ivanildo Aleixo de Sousa	José Romério Soares Brito	-	-
2018-2022	Edilson Alves da Silva	Carlos Emanuel Moura da Silva	José Romério Soares Brito	-	-
2022-2026		Carlos Emanuel Moura da Silva	José Romério Soares Brito	-	-

**Fonte:** Atas do CPH-PB, 2006-2022. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Com base no quadro acima, analisamos que a gestão 2006-2010 se fez representada apenas pelo segmento *usuários de água* na pessoa de Wellington Gomes da Silva.

A gestão 2010-2014 foi representada apenas pelo segmento *sociedade civil* por José Arquimedes de Amorim da Silva.

Na gestão 2014-2018 o número de cadeiras representando o município de Sumé subiu para duas, sendo uma da *sociedade civil*, Jose Ivanildo Aleixo de Sousa, que era sócio na CAMIS - Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de Sumé LTDA, e outra do *poder*

---

Ambiental (EIA) e Planos de Segurança Hídrica (PSH). Membro Fundador do Instituto AZO, atualmente com dedicação em pesquisas e elaboração de projetos de desenvolvimento e gestão ambiental de municípios.



*público municipal*, José Romério Soares Brito, este que é Engenheiro Agrônomo na Secretaria de Agricultura da Prefeitura de Sumé-PB.

O número de cadeiras aumentou novamente na gestão 2018-2022, com uma para os *usuários de água*, Edilson Alves da Silva, uma para da *sociedade civil*, Carlos Emanuel Moura da Silva, que é Engenheiro de Biossistemas, e outra do *poder público municipal*, José Romério Soares Brito.

Na atual gestão de 2022-2026, este número caiu de três para duas cadeiras, quais sejam: a da *sociedade civil*, com o mesmo Carlos Emanuel Moura da Silva, e a do *poder público municipal*, com o mesmo José Romério Soares Brito.

### 3.2 AS DELIBERAÇÕES DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA SOBRE O MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB

Analizamos todas as atas das Reuniões Extraordinárias e Ordinárias, para sabermos se Sumé esta pautada em suas deliberações<sup>6</sup>. Com isso, identificamos que a primeira vez que o nome Sumé apareceu em debate consta na de Ata da 1ª Reunião Ordinária do CBH-PB – Ano 2012, quando foi questionado sobre a abertura da comporta do Açude de Sumé:

O Sr. Ulysmar Curvelo Cavalcanti (Presidente do Comitê) solicitou para que a Sra. Maria de Lourdes Barbosa de Sousa (Secretária do CBH-PB) informasse sobre documento enviado ao Comitê pelo membro Daniel Pereira Duarte (representante do Instituto Histórico e Geográfico do Cariri) a cerca da abertura da comporta do Açude de Sumé. A Sra. Maria de Lourdes Barbosa de Sousa (Secretária CBH-PB) respondeu que o Comitê encaminhou um ofício para a Coordenadoria Estadual do DNOCS na Paraíba – CEST-PB/DNOCS, e o Setor Técnico do Órgão informou que sempre é feito um cálculo para simulação com estudo técnico para o momento baseado nas condições climáticas, hidrológicas do açude, com o objetivo de não causar nenhum transtorno para os usuários. Com a previsão da estiagem o cenário é outro, acrescentou que o DNOCS agiu com segurança e estudo técnico e que não é um órgão conhecido por secar seus açudes e sim em preservar.

Vemos que o representante do segmento da sociedade civil, Daniel Pereira Duarte (do Instituto Histórico e Geográfico do Cariri) fez um questionamento e foi rebatido pela senhora Maria de Lourdes Barbosa de Sousa (Secretária do CBH-PB).

Na ata da 1ª reunião ordinária do Comitê de 8 de abril de 2015, foi discutido sobre o saneamento básico das cidades e Sumé era uma delas. Vejamos:

---

<sup>6</sup> De acordo com o Regimento Interno, Art. 11º O CBH-PB reunir-se-á ordinariamente 2 (duas) vezes ao ano, a cada 6 (seis) meses, e, extraordinariamente, quando convocada por seu Presidente, ou por maioria simples dos seus membros

O fórum dos Comitês enviou ofício aos Prefeitos que compõem as bacias hidrográficas dos comitês estaduais, solicitando a situação de elaboração do Plano de saneamento básico, mas poucos responderam com a seguinte situação na bacia do CBH-PB: Riacho de Santo Antônio, Salgado de São Felix e Barra de São Miguel estão em fase de iniciação do plano; Caraúbas, Sumé, São João do Cariri e Umbuzeiro não iniciaram; Sertãozinho não se posicionou e Campina Grande o Sr. Claudio Brandão representante dessa Prefeitura, informou hoje ao plenário que já concluiu. (...) O Representante de Sumé disse que Sumé fez o plano com a CAGEPA, mas tem uma estação de tratamento pronta e o esgoto da cidade está sendo jogado no rio Sucuru a céu aberto e a CAGEPA não toma providência, é o caso de o Comitê solicitar desses órgãos o porquê da não efetivação de medidas que contribuam para resolver esse problema.

Já na ata da 1ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba-CBH-PB, de 20 de maio de 2015, Sumé apareceu na pauta da seguinte maneira:

O Sr. José Ivanildo (Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de Sumé) perguntou ao Presidente da AESA, porque não fazer uma campanha de economia de água para Sumé e Camalaú: enquanto se tem água, porque depois não adianta fazer. O Sr. João Fernandes respondeu que ele tem razão pois em sua fala colocou que Sumé tem mais de 9 milhões de metros cúbicos enquanto para se proteger a água do Congo que só tem 3 milhões, como está a 35 km de Sumé pode vir a ser uma reserva técnica se a coisa complicar, em Camalaú os carros pipas estão sendo dirigido para Camalaú. Vamos incomodar a CAGEPA, vamos aonde tiver um ponto de captação, onde tem água armazenada para chegar à CAGEPA e dizer Dr. Laudízio e Dr. Simão os senhores estão proibidos de tirarem água desse lugar, vão ter que tirar água daquele lugar, é uma intervenção no sentido de garantir água para todos. Entendo que a gestão das águas passa por isso, ajudar a CAGEPA, ajudar a nossa secretaria de recursos hídricos e ajudar ao cidadão a ter acesso à água, e se para ter acesso à água, for preciso suspender uma outorga de água, vamos suspender, não há dúvida. Portanto, estamos de olho na água de Sumé, de Camalaú, Poções e até na água do açude de São José em Monteiro, que não é uma água boa.

Foi constatada uma inquietação de um dos membros do Comitê sobre a preocupação com uma possível falta de água no município de Sumé. Com isso, sugeriu campanhas para conscientizar a população sobre economizar a água.

Na ata da 2ª Reunião Ordinária do Comitê, ocorrida em 15 de dezembro de 2015, foi tratada a questão do abastecimento de água através de carros pipas.

Foi questionado se a AESA, DNOCS, ou a CAGEPA estão sabendo, que na cidade de Sumé na adutora do Congo para o açude de Sumé disseram que iam tirar todos os carros pipas de Sumé e iriam colocar todos para Camalaú, se estão sabendo alguma coisa a respeito disso, pois não aconteceu, colocaram uma adutora para o açude de Sumé para adutora do Congo, mas os carros pipas continuaram do mesmo jeito em Sumé e o povo também fazendo muitas perguntas, revoltados com essa situação, questionando porque os carros pipas não foram para o açude de Camalaú se tem mais água que o de Sumé. Foi informado que a metade dos carros pipas foram para o açude Araçagi.

Importante lembrar que o ano de 2015 foi o último da grande última seca ocorrida no semiárido brasileiro e, por isto, a questão do cuidado com a água foi recorrente no município de Sumé, bem como nos demais da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba<sup>7</sup>.

Por outro lado, identificamos que, após a inauguração oficial da transposição das águas do rio São Francisco (Eixo Leste), em 10 de março de 2017 (que perenizou a água no Rio Paraíba), o nome Sumé não apareceu mais nas atas. Contudo, preocupações postas pela diretoria do Comitê com o trecho do Alto Paraíba (onde Sumé se encontra inserido) também são interessantes de serem analisadas para entendermos como este Comitê se porta diante dos povos ribeirinhos que também são usuários das águas daquele rio.

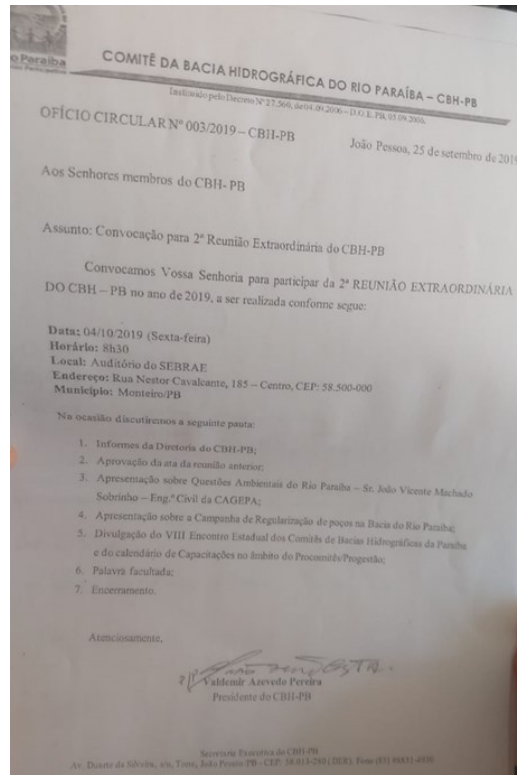
Neste sentido, vemos que no dia 4 do mês de outubro do ano de 2019, às 8h30min, no Auditório do SEBRAE, no município de Monteiro/PB, realizou-se a 2ª Reunião Extraordinária do ano de 2019, com as presenças dos membros do Comitê. O Sr. Valdemir Azevedo Pereira (então Presidente do CBH - PB), fez a abertura da cerimônia lendo a pauta a ser tratada, e um dos seus pontos era a apresentação sobre Campanha de Regularização de poços na Bacia do Rio Paraíba. Waldemir Fernandes de Azevedo mencionou a caminhada que foi feita no primeiro semestre deste ano por todo o Rio Paraíba, sendo identificado que existe uma série de poços necessitando de regularização. Disse ainda que a ANAEEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) abriu uma portaria determinando que o usuário de tarifa verde e que trabalhe com irrigação precisa ter a outorga de direito de uso da água. Como resultado dessa caminhada, o presidente do CBH-PB, Valdemir Pereira, sugeriu que fosse feita uma Campanha de Regularização de poços na Bacia do Rio Paraíba, acontecendo nos dias 15 a 18 de outubro de 2019, com seu início no município de Monteiro/PB. Em seguida, Magda Dayse Ferreira Rangel (Técnica em Recursos Hídricos da Gerência Executiva de Outorga e Licença de Obras Hídricas - AESA), falou da Resolução AESA nº 1 de 17 de janeiro de 2019, que dispõe sobre procedimentos administrativos para licença de obra hídrica e outorga de direito de uso de água para poço tubular em solo cristalino no Estado da Paraíba, que, segundo ela, veio para facilitar principalmente o procedimento de licença. Cabe destacar que, apesar de não constar nesta ata, pudemos se fazer presente nesta reunião e constatar a insatisfação dos povos ribeirinhos com este encaminhamento aprovado de regularização dos poços na Bacia do Rio Paraíba.

---

<sup>7</sup> A seca que se intensificou em 2012 e ampliou em 2015 é considerada a mais grave das últimas décadas e tem tido um impacto em muitos distritos das regiões semiáridas nos estados do região semiárida do Nordeste do Brasil, afetando quase 9 milhões de pessoas (Marengo et al. 2016).

A seguir a carta de apresentação da reunião:

**Imagem 2** - Pauta da 2ª Reunião Extraordinária de 04 de outubro de 2019



**Fonte:** Arquivo Pessoal

Depois desta ocasião, até o presente momento, só identificamos mais diretamente o nome Sumé aparecer na Ata da 2ª Reunião Ordinária do Comitê de Bacias Hidrográfica do Rio Paraíba-CBH-PB, ocorrida em 17 de dezembro de 2020. Vejamos:

O Sr. Ivanildo Aleixo disse que já faz um trabalho de Educação Ambiental numa escola em Sumé, quer saber se esse projeto do kit vai ter material para ser feito divulgação nas escolas, tipo Livreto, folder etc. Sra. Katia disse que considerando o protocolo de distanciamento a divulgação será feita pelas redes sociais, tanto da AESA, como SEE e SEIRHMA, Instagram e facebook. As escolas vão receber o kit físico, haverá um lançamento que será amplamente divulgado em rádios, TVs e os membros dos Comitês poderão fortalecer junto a sua comunidade. O Sr. Gabriel disse que todo processo vai acontecer de forma remota.

O trecho da fala de Ivanildo Aleixo, representante da sociedade civil do município de Sumé, se inscreve no debate do ponto de pauta 4. *Kit Comitês nas Escolas* que tem como objetivo expandir o conhecimento acerca da gestão dos recursos hídricos, através de um kit educativo, para uso de professores e estudantes que utilizam os conceitos de Bacia hidrográfica, de Comitês de Bacias Hidrográficas, da Lei de Águas, entre outros conceitos relacionados à gestão das águas.

Ainda com relação os encaminhamentos aprovados em documentos do CBH-PB, apresentamos a seguir um quadro com todas as suas deliberações:

**Quadro 8 - Deliberações de 2008 a 2022**

<b>Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>
01	26/02/2008	Aprova a implementação da cobrança e determina valores da cobrança pelo uso dos Recursos hídricos na Bacia hidrográficas do Rio Paraíba, a partir de 2008 e dá outras providências.
01	25/05/2011	Institui a Comissão Eleitoral do Comitê da Bacia hidrográficas do Rio Paraíba.
01	27/09/2013	Constitui a Comissão Eleitoral do Comitê da Bacia hidrográficas do Rio Paraíba e dá outras providências.
01	10/04/2018	Constitui a Comissão Eleitoral do Comitê da Bacia hidrográficas do Rio Paraíba e dá outras providências.
01	23/08/2019	Aprova o plano de aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água para 2020, na Bacia hidrográficas do Rio Paraíba – Paraíba.
01	28/08/2020	Propostas do Comitê da Bacia hidrográficas do Rio Paraíba .
01	13/05/2022	Institui a Comissão Eleitoral para renovação dos membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba

**Fonte:** Atas do CPH-PB, 2006-2022. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Vemos que, em 2008, antes mesmo da inauguração da transposição das águas do Rio São Francisco, o CBH-PB já havia aprovado uma deliberação sobre a cobrança e os respectivos valores pelo uso dos Recursos hídricos na Bacia hidrográficas do Rio Paraíba. Em 2019, mais uma vez, o Comitê aprovou o plano de aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água para 2020, na Bacia hidrográficas do Rio Paraíba – Paraíba. Entendemos que tais deliberações devem ser analisadas com mais cuidado no sentido de buscarmos entender quais possíveis impactos as mesmas causam sobre o povo ribeirinho que vive nas margens do Alto Paraíba, sobretudo no trecho que passa pelo município de Sumé-PB.

#### 4 COMO OS POVOS RIBEIRINHOS VEEM O COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA

O objetivo desse capítulo é o de estudar o grau de conhecimento da população ribeirinha do município de Sumé-PB sobre Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba. Nesse sentido, visitamos as comunidades camponesas que se situam nas margens do Rio Paraíba do trecho que passa pelo município de Sumé-PB, pessoas que moram há anos e até mesmo sua vida toda naquelas comunidades.

De acordo com o Cadastro Ambiental Rural (CAR), o percurso do Rio Paraíba no município de Sumé é de exatamente 12,4 (doze vírgula quatro) quilômetros, percorrendo 4 (quatro) comunidades dentro deste município, iniciando seu percurso na comunidade de Porteiras, passando por Riacho das Porteiras, Malhada da Pedra e finalizando na Conceição, onde faz a divisa com o município do Congo. Fomos a campo para conhecermos e vivenciar a realidade da população que mora no local. Entrevistamos 2 dois moradores de cada comunidade para saber sobre o grau de conhecimento da população sobre o comitê.

A seguir, apresentamos em um quadro as perguntas e respostas com os dois moradores da comunidade Porteiras.

**Quadro 9** - Entrevistas com camponeses da comunidade de Porteiras

PERGUNTAS	ENTREVISTADA 1 <sup>8</sup>	ENTREVISTADO 2 <sup>9</sup>
Nome completo?	Maria	Raimundo
Data de nascimento?	04/02/1960	20/03/1956
Há quanto tempo mora na comunidade?	Desde 1980	Nessa casa aqui eu nasci e me criei aqui, vou fazer 67 anos aqui, só saía pra ir trabalhar e voltava.
A terra em que mora é de sua posse ou propriedade?	Sou titular.	Eu tenho uma propriedade no meu nome mesmo, sabe? Eu comprei, aí depois o meu pai faleceu e deixou o documento e eu passei para o meu nome, porque morto não responde nada, né? Aí eu mandei pra receita federal e veio todos os documentos no meu nome. (...) tá tudo no meu nome, aí os impostos quem paga sou eu, só os documentos tá no nome do velho, só que os impostos quem paga sou eu, praticamente tá tudo no meu nome agora.
Conhece ou já ouviu falar do comitê de Bacia hidrográfica do Rio Paraíba?	Sim, conheço. Mais não temos nenhum representante, ela falou na reunião em Camalaú, mas até hoje não temos.	Sim, já ouvi falar, mas só ouvi falar mesmo.

Quadro elaborado pelo autor do texto.

<sup>8</sup> Entrevista concedida ao autor em 27/12/2022

<sup>9</sup> Entrevista concedida ao autor em 27/12/2022

Percebemos que o conhecimento da população do local era pouco sobre o Comitê. Responsáveis por promover o debate e propor soluções administrativas para disputas decorrentes do uso das águas, os comitês de bacia hidrográfica estão longe de atrair a participação da sociedade em geral. “É preciso uma participação continuada de todos os setores sociais envolvidos com o tema. A gestão da água não pode estar nas mãos apenas de governos ou de empresas privadas”, afirma, em entrevista à Agência Brasil, o doutor em Geografia Física e ambientalista Cláudio Di Mauro.

Já na comunidade de Riacho das Porteiras obtivemos os seguintes depoimentos:

**Quadro 10 - Entrevistas com camponeses da comunidade de Riacho das Porteiras**

<b>PERGUNTAS</b>	<b>ENTREVISTADA 1<sup>10</sup></b>	<b>ENTREVISTADO 2<sup>11</sup></b>
Nome completo?	Diane	Heleno
Data de nascimento?	03/05/1984	13/08/1970
Há quanto tempo mora na comunidade?	Faz 18 anos.	Desde quando eu nasci, nasci e me criei aqui.
A terra em que mora é de sua posse ou propriedade?	Não, não é no meu nome não, está no nome do pai do meu esposo.	Eu trabalho na terra de pai; (Filha do entrevistado): Assim meu pai comprou as partes que tocava para as irmãs dele, ele comprou e já foi passado o papel tudo direitinho para o nome dele.
Conhece ou já ouviu falar do comitê de Bacia hidrográfica do Rio Paraíba?	Não conheço.	Sei não. Nem sabia que tinha isso.

Quadro elaborado pelo autor do texto.

Notamos o absoluto desconhecimento dos entrevistados sobre o CBH-PB, o que denuncia a incapacidade de o mesmo alcançar os usuários de águas que habitam as margens do Rio Paraíba.

Agora apresentamos o quadro com as entrevistas realizadas na comunidade de Malhada da Pedra:

<sup>10</sup> Entrevista concedida ao autor em 08/12/2022.

<sup>11</sup> Entrevista concedida ao autor em 08/12/2022.

**Quadro 11 - Entrevistas com camponeses da comunidade de Malhada da Pedra**

PERGUNTAS	ENTREVISTADA 1 <sup>12</sup>	ENTREVISTADO 2 <sup>13</sup>
Nome completo?	Francisco	Maria
Data de nascimento?	1958	15/10/1972
Há quanto tempo mora na comunidade?	Desde quando eu nasci.	Desde quando nasci.
A terra em que mora é de sua posse ou propriedade?	Tem o documento; a terra é de herdeiros mas só tem eu aqui.	É de herdeiros.
Conhece ou já ouviu falar do comitê de Bacia hidrográfica do Rio Paraíba?	Não conheço.	Não conheço.

Quadro elaborado pelo autor do texto.

Nesta comunidade também se expressa o total desconhecimento do que seja o CBH-PB.

E, por último, entrevistamos pessoas da comunidade da Conceição, cujos relatos apresentamos no quadro a seguir:

**Quadro 12 - Entrevistas com camponeses da comunidade da Conceição**

PERGUNTAS	ENTREVISTADA 1 <sup>14</sup>	ENTREVISTADO 2 <sup>15</sup>
Nome completo?	Maria	Josimario
Data de nascimento?	06/09/1963	11/07/1978
Há quanto tempo mora na comunidade?	Dez que eu nasci né, dez que eu nasci que eu moro aqui.	Eu nasci e me criei aqui.
A terra em que mora é de sua posse ou propriedade?	É da gente mesmo, o papel é no nome do meu pai, é de herança, mais ele já deixou para todos nós né, ele partiu para todos nós, cada um tem o seu.	Tem não, a terra é arrendada, eu utilizo a terra para plantar milho e feijão. Aqui nós arrenda por um ano e paga 2 mil por cada hequitares de terra.
Conhece ou já ouviu falar do comitê de Bacia hidrográfica do Rio Paraíba?	Não conheço. Sei que tem alguma reunião, mas não sei.	Não tenho conhecimento.

Quadro elaborado pelo autor do texto.

A água é fundamental para todos os seres humanos, ela necessita ser gerida de maneira eficiente e igualitária, para isso a população local deve participar, questionar, levar propostas e discussões, para que a gestão da água seja melhorada, visando uma maior conservação de

<sup>12</sup> Entrevista concedida ao autor em 01/11/2022.

<sup>13</sup> Entrevista concedida ao autor em 01/11/2022.

<sup>14</sup> Entrevista concedida ao autor em 01/11/2022.

<sup>15</sup> Entrevista concedida ao autor em 01/11/2022.



toda bacia hidrográfica e, assim, melhorando todo o sistema ecológico que a envolve e também a qualidade ambiental e de vida que esse sistema oferece.

Percebemos, com base nas entrevistas, que o grau de conhecimento da população pobre é baixo sobre o Comitê. A população não é avisada sobre os encontros que acontecem para tratar de questões de sua importância e, com isso, sua cadeira em reuniões fica vaga ou ocupada por outros usuários que são economicamente ricos, assim, sobra mais espaços para os grandes poderes econômicos e políticos.

Ao observarmos o estudo de Nêris (2021, p. 40), identificamos o relato da Participe 02- (representante de entidades da sociedade civil) que diz muito sobre como ocorre a participação geral dos representantes dos Comitês,

[...] a efetiva participação ocorre nestes espaços (Câmaras Técnicas), onde o alcance e a participação da “verdadeira” sociedade civil” é mínima, pois a agenda de reunião é bem maior e as atividades de acompanhamento, proposição, elaboração de documentos, exigem elevada dedicação em horas e recursos. Deste modo, prevalece a participação de representantes profissionais dos setores usuários, bem como do Estado, restringindo a atuação das associações de profissionais e de setores minoritários.

A diminuição da possibilidade de participação de todos os setores interessados na gestão hídrica se prejudica com tomadas de decisão, o caminho da democracia direta e constitucional pressupõe o oposto, ou seja, a participação equitativa de todos os setores interessados na gestão hídrica, de modo a se evitar a possibilidade de arbitrariedades de grupos de interesses privados na gestão ambiental.

Os representantes da sociedade civil carecem de incentivos e subsídios para conseguirem participar, muitas vezes há pouco tempo disponível para estudar as pautas. Clientelismo, corrupção ou outros padrões que fazem com que as escolhas políticas não sejam as melhores para o bem coletivo, desmotivando a participação. As informações sobre como se participar também são pouco divulgadas, assim, dificultando a participação da população.

Fato de que é preciso melhorar a participação popular nos processos, programas e ações desenvolvidas pelo comitê de bacia hidrográfica, assim a população local ajudaria na conservação da água e saberia o porquê que determinadas ações ocorrem nessa bacia. Essa distância que a população local possui dificulta sua implementação e assim sua efetividade para uma melhor gestão da água.

A participação pública surgiu como uma maneira de garantir práticas mais igualitárias, envolvendo diversos atores com igualdade de condições de negociação, em um processo de diálogo aberto, no qual os interesses são tão importantes quanto as posições, na construção colaborativa de soluções (VASCONCELOS et al., 2005).

O comitê de bacias hidrográficas ainda carrega consigo dificuldades na mobilização e capacitação de seus membros. Vozes desequilibradas são representadas nos comitês, onde os maiores usuários são muito ativos, enquanto os pequenos estão quase sempre ausentes. É notório o baixo envolvimento tanto na participação dentro das reuniões bem como nas demandas solicitadas pelo colegiado.

A falta de conhecimento da população local (identificada pelos respondentes da pesquisa) é um grande problema que precisa ser resolvido, pois fica mais difícil para realização de determinadas atividades sem o conhecimento de sua finalidade para a conservação da bacia. Deve-se também ressaltar que muitos comitês de bacias hidrográficas ficam extremamente ligados em questões políticas e burocráticas, dificultando a realização de ações mais efetivas para a conservação e gestão da água.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O nosso objeto de estudo é o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba. O CBH do Rio Paraíba foi instituído pelo Decreto Estadual Nº 27.560, de 04 de setembro de 2006, e abrange a Sub-bacia do rio Taperoá, e as Regiões do Alto, Médio e Baixo Curso do rio Paraíba.

A partir das leituras das nossas fontes, a princípio, temos a compreensão de que a participação popular no CBH (composto por 60 membros) se dar de forma secundária, ou seja, ela existe apenas para constar, não sendo majoritária ou mesmo equânime as demais participações.

Percebemos que temos pouco representantes da região do cariri representando os usuários de água. A maior parte dos representantes é formada por pessoas do Baixo Curso do Rio Paraíba, onde ficam localizadas as grandes indústrias da Paraíba. Os representantes da sociedade civil carecem de incentivos e subsídios para conseguirem participar, muitas vezes há pouco tempo disponível para estudar as pautas. Clientelismo, corrupção ou outros padrões que fazem com que as escolhas políticas não sejam as melhores para o bem coletivo, desmotivando a participação. As informações sobre como se participar também são pouco divulgadas, assim dificultando a participação da população.

Fato de que é preciso melhorar a participação popular nos processos, programas e ações desenvolvidas pelo comitê de bacia hidrográfica, assim a população local ajudaria na conservação da água e saberia o porquê que determinadas ações ocorrem nessa bacia. Assim, constatamos que a força majoritária na gestão das águas do Rio Paraíba é a do capital representado pelos setores latifundiário e industrial.

## **REFERÊNCIAS**

CARMO JÚNIOR, Estoécio Luiz do. Atuação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba-PB: uma análise das reuniões colegiadas no período de 2007 a 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos). Universidade Federal de Campina Grande, 2021.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, Editora Atlas, 2008.

LENIN, V. I. **As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo**. São Paulo: Global Editora, 1979 (Coleção Basesn. 09).

MARENGO, Jose A. et ali. **A seca de 2012-15 no semiárido do Nordeste do Brasil no contexto histórico**.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo, Boitempo, 2007.

NÉRIS, Maria Cristina Navarrete. **Participação social na gestão hídrica**: o papel da sociedade civil no Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos – Prof.Água). Faculdade de Engenharia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, 2021.

Regimento Interno, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Estado da Paraíba (CBH-PB).

SPIRKINE, A; YAKHOT, O. **Princípios do Materialismo Histórico**. S. São Paulo: Estampa, 1975.

TUNDISI, J. G.; BRAGA, B.; REBOUÇAS, A. da C. **Os recursos hídricos e o futuro**: síntese. In: REBOUÇAS, A. da. C.; BAGAS, B.; TUNDISI, J. G. **Águas doces no Brasil – Capital ecológico, uso e conservação**. São Paulo: Escrituras Editora, 2006.

VASCONCELOS et al., 2005

XAVIER, Rafael Albuquerque; SEABRA, Vinicius da Silva. Mapeamento geomorfológico da bacia do Rio Paraíba (PB) utilizando classificação baseada em objetos. **ACTA Geográfica, Boa Vista**, v.10, n.23, mai./ago. de 2016. p.139-152

## SITES

AESA. Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba. Bacias Hidrográficas do Estado da Paraíba. 2009. Disponível em: <<http://geoserver.aesa.pb.gov.br/geoprocessamento/geoportal/mapas.html>>.

Agência Brasil, entrevista com o Doutor em Geografia Física e ambientalista Cláudio Di Mauro.

Blog Itabaiana hoje

CBH-PB. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba. Edital de divulgação da relação de Membros Titulares e Suplentes, eleitos nas Plenárias Setoriais e Convocação para a Cerimônia de Posse dos Membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba – CBH-PB. Disponível em: <<http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/wpcontent/uploads/2017/06/EDITAL-Nº-07-de-21-de-maio-de-2014-CBH-PB.pdf>>